

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025

**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SENALBA MG)**, CNPJ 17.450.529/0001-00, neste ato representado por seu coordenador/diretor, **CRISTINA ANDRADE DO VALE**

e:

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ARCA DA ALIANÇA**, CNPJ 08.583.491/0001-52, neste ato representada por seu presidente, **Sr<sup>a</sup>. CLAUDIA PARISI ALVES LOBO**, celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### 1ª CLÁUSULA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026 e a data-base da categoria em 1º maio.

### 2ª CLÁUSULA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrangerá todos os empregados da entidade acordante, com abrangência territorial em Minas Gerais.

### 3ª CLÁUSULA - PISOS SALARIAIS

Ficam estabelecidos os seguintes salários a serem praticados pelo período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026 - para a jornada de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais aos trabalhadores na sua admissão e para os trabalhadores já admitidos, que ao ser aplicado o reajuste da cláusula posterior (Cláusula 4ª), resultem em valor inferior aos pisos ora previstos nas seguintes funções:

a) Faxineira ----- R\$2.193,00  
(Dois mil cento e noventa e três reais)



**SENALBAMG**

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ORIENTAÇÃO E  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE  
MINAS GERAIS

|  |             |
|--|-------------|
| b) Cozinheira -----<br>(Dois mil, duzentos e vinte e um reais)                 | R\$2.221,00 |
| c) Auxiliar Administrativo -----<br>(Dois mil, seiscentos e um reais)          | R\$2.601,00 |
| d) Auxiliar Administrativo I -----<br>(Quatro mil, seiscentos e seis reais)    | R\$4.606,00 |
| e) Secretária -----<br>(Dois mil, quinhentos e sessenta reais)                 | R\$2.560,00 |
| f) Educadora Infantil -----<br>(Três mil, novecentos e três reais)             | R\$3.903,00 |
| g) Coordenadora Pedagógica -----<br>(Quatro mil, seiscentos e seis reais)      | R\$4.606,00 |
| h) Coordenador Administrativo -----<br>(Sete mil, novecentos e dezenove reais) | R\$7.919,00 |
| i) Diretora -----<br>(Oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais)             | R\$8.889,00 |
| j) Monitor -----<br>(Dois mil, quatrocentos e sessenta e um reais)             | R\$2.461,00 |
| k) Estagiária -----<br>(Hum mil e quinhentos e dezoito reais)                  | R\$1.518,00 |
| l) Vigia -----<br>(Dois mil, duzentos e quatro reais)                          | R\$2.204,00 |
| m) Auxiliar de Cozinha -----<br>(Dois mil, e noventa reais)                    | R\$2.090,00 |

**Parágrafo Primeiro:** As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação dos pisos e dos reflexos sobre as verbas rescisórias, FGTS e INSS, deverão ser pagas na folha seguinte à assinatura do presente acordo, para os empregados com contrato



*ativo e, em Rescisão Complementar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias para os empregados desligados a contar da assinatura deste instrumento.*

**Parágrafo Segundo:** *Para as estagiárias, o valor pago excedente a R\$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) se refere a auxílio transporte.*

#### **4ª CLÁUSULA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos empregados da categoria profissional, vigentes em abril de 2025, considerando a concessão do reajuste do item anterior, serão corrigidos, a partir de 1º de maio de 2024.

**Parágrafo Único:** *As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação do reajuste salarial e dos reflexos sobre as verbas rescisórias, FGTS e INSS, deverão ser pagas na folha seguinte à assinatura do presente acordo, para os empregados com contrato ativo e, em Rescisão Complementar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias para os empregados desligados a contar da assinatura deste instrumento.*

#### **5ª CLÁUSULA - PONTUALIDADE E INTEGRALIDADE DO PAGAMENTO DE SALÁRIOS:**

Conforme o Art. 459, § único da CLT, as entidades garantirão o cumprimento do pagamento do salário mensal a ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Parágrafo Único:** *O não cumprimento desta cláusula incidirá na multa prevista na cláusula 40ª (quadragésima).*

#### **6ª CLÁUSULA - HORAS EXTRAS**

A entidade acordante remunerará as duas primeiras horas extras de segunda a sexta-feira com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), sendo às demais horas-extras, bem como as realizadas no sábado, domingo ou feriado, remuneradas com adicional de 100% (cem por cento).

### **7ª CLÁUSULA - ADICIONAL NOTURNO**

A remuneração do trabalho noturno será acrescida do adicional de 30% (trinta por cento), para fins do **art. 73 da CLT**.

### **8ª CLÁUSULA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE**

Caso seja constatada por Médico do Trabalho ou pela DRT, a insalubridade ou periculosidade no local de trabalho, o empregador pagará de imediato o percentual definido no laudo, sobre o salário nominal do empregado.

### **9ª CLÁUSULA – DIREITO AO VALE TRANSPORTE**

A entidade empregadora fornecerá o vale-transporte a todos (as) empregados (as) que fizerem jus do benefício, procedendo desconto de até 3% da folha de pagamento.

***Parágrafo Único:** A entrega do vale transporte se dará conforme a legislação vigente.*

### **10ª CLÁUSULA – CONVÊNIO MÉDICO-ODONTOLOGICO**

Fica acordado o fornecimento pela entidade do plano de saúde ao(a) empregado(a) que queira aderir com coparticipação do(a) trabalhador(a) a partir de maio de 2025.

### **11ª CLÁUSULA – AUXÍLIO CRECHE E/OU PROGRAMA DE 6 (SEIS) À 14 (QUATORZE)**

Os filhos (as) dos empregados (as) em idade para Educação Infantil ou Programa de Socialização Infanto-Juvenil terão direito ao atendimento na entidade, respeitando o provimento de vagas da entidade.

### **12ª CLÁUSULA – RECONTRATAÇÃO**

Fica autorizada, em caráter excepcional, quando, comprovadamente, tiver havido a dispensa sem justa causa de empregado (a), em razão do término da parceria entre a creche e o órgão público, a recontratação do (a) trabalhador (a) demitido (a), em prazo inferior a 90 (noventa) dias, em caso de entrada em vigor de novo Termo de Parceria e de Fomento, nos termos da Lei 13019/2014.

### **13ª CLÁUSULA – RECRUTAMENTO INTERNO**

Será assegurada prioridade de recrutamento interno no provimento de novas vagas, desde que tenha capacitação ou habilidade técnica para o exercício da nova função.

### **14ª CLÁUSULA – GARANTIA DO EMPREGO AO ACIDENTADO**

O empregado que sofrer acidente no trabalho tem garantia, pelo prazo de 12 (doze) meses, ao seu contrato de trabalho, após a cessação do auxílio-doença acidentário.

### **15ª CLÁUSULA - GARANTIA DE APOSENTADORIA**

Fica assegurado a estabilidade provisória de 12 (doze) meses imediatamente anteriores a aquisição do direito a **qualquer tipo de aposentadoria**, para os empregados que mantiverem o contrato de trabalho com a mesma entidade pelo prazo de, no mínimo, 05 (cinco) anos ininterruptos, ficando o empregado responsável pela comunicação à seu empregador, da aquisição do direito de aposentadoria.

### **16ª CLÁUSULA - CARTA DE REFERÊNCIA**

A empregadora fornecerá no ato da homologação, ao empregado dispensado sem motivo justificado, uma carta de referência, desde que solicitada previamente.

### **17ª CLÁUSULA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

Na substituição que não tenha caráter eventual, será garantido ao empregado substituto, igual salário recebido pelo substituído, a substituição decorrente da licença-gestante e de férias não poderá ser considerada de caráter eventual.

### **18ª CLÁUSULA - CONTRACHEQUE**

O empregador obriga-se a fornecer aos seus empregados, comprovante de pagamento (contracheque) em que conste, além dos créditos e descontos mensais, sua carga de horas mensais, o valor do salário-hora e o valor a ser creditado na conta vinculada do FGTS.

### **19ª CLÁUSULA - DIÁRIAS**

No caso de prestação de serviços fora da base territorial, serão pagas ao empregado diárias, conforme tabela elaborada pelo empregador, observada a graduação salarial do empregado, independentemente do fornecimento de transporte, hospedagem e alimentação.

### **20ª CLÁUSULA – EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS**

A entidade acordante se obriga a remunerar o dia, não repercutindo nas férias, nos casos de ausência do empregado motivado pela necessidade de obtenção de documentos legais, mediante comprovação, tais como: CPF, CTPS, Identidade, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, e desde que solicitado.

### **21ª CLÁUSULA – ACOMPANHAMENTO AO MÉDICO**

O empregado terá as horas ou o dia de falta abonado, no caso de consulta médica dos filhos com até 16 (dezesesseis) anos, dos filhos com deficiência e dos pais acima de 60 (sessenta) anos, mediante apresentação de Declaração fornecida pelo médico.

**Parágrafo Primeiro:** *Esta cláusula também se aplica para acompanhamento às internações hospitalares, atendimento de urgência e/ou emergência dos dependentes acima citados, limitados a 04 (Quatro) dias por ano.*

**Parágrafo Segundo:** *Esta cláusula não se aplica ao acompanhamento domiciliar.*

## **22ª CLÁUSULA – PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ESCOLARES DE FILHOS MENORES DE 12 ANOS DE IDADE**

Os empregados (as) que necessitarem de participar de reuniões escolares de seus filhos menores de 12(doze) anos de idade terão a devida dispensa do horário de trabalho para tal finalidade. Para usufruir deste direito, é dever do empregado avisar previamente o horário da reunião, apresentando a convocação da escola e apresentar Declaração de Comparecimento posteriormente.

## **23ª CLÁUSULA – JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho para todos empregados das entidades acordantes terá uma carga de 40 (quarenta) horas semanais, respeitando o contrato realidade.

## **24ª CLÁUSULA - SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

A duração normal do trabalho dos empregados das creches poderá ser acrescida de horas suplementares, sem acréscimo de adicional de horas extras. Em caso de compensação, deverão ser respeitados os seguintes termos:



a) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário, se o excesso de horas de um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, na proporção de 02 (duas) horas de compensação para cada 01 (uma) hora-extra trabalhada.

b) A compensação prevista no parágrafo anterior deverá ser programada de tal maneira que não exceda, no período máximo de 90 (noventa) dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, renováveis a cada período de 90 (noventa) dias, devendo as horas-extras não compensadas serem pagas ao final deste período, bem como as horas negativas serem zeradas, na mesma hipótese.

c) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, obedecendo o adicional de 100% (cem por cento).

d) Em caso de rescisão do contrato de trabalho, em qualquer modalidade, havendo crédito de horas para a creche, as mesmas não poderão ser cobradas pela entidade empregadora.

## **25ª CLÁUSULA – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

a) Licença Paternidade: aos trabalhadores fica assegurada a licença paternidade de 05(cinco) dias corridos, a contar da data de nascimento do seu filho (a).

b) Licença Casamento: fica assegurada a licença de 05 (cinco) dias úteis a partir da data do casamento do (a) empregado(a).

c) Licença Luto: o empregado terá assegurada a licença de 03 (três) dias úteis a partir da data da morte de seus ascendentes ou descendentes de 1º grau, cônjuge, irmãos e avós.



d) Concede-se o abono de 01 (um) dia corrido no caso de falecimento de sogro ou sogra.

## **26ª CLÁUSULA – ESCALA**

Fica facultado ao empregador, quando a lei o permitir, instituir horário de trabalho em regime de plantões, com escala de 12 X 36 (doze por trinta e seis) horas, neles compreendidos os períodos de refeição. Os empregados que trabalharem em tal regime, baterão os respectivos cartões de ponto tão somente na entrada e saída dos plantões.

## **27ª CLÁUSULA - RECESSOS ESPECIAIS**

Em virtude das comemorações do Dia das Crianças (12 de outubro), Dia dos Professores (15 de outubro) e Dia do Profissional de Creches (20 de outubro), com a devida previsão em seu Calendário de Funcionamento, será garantido 7 (sete) dias de recesso aos/às trabalhadores (as) no mês de outubro, ficando a cargo da entidade empregadora a opção pela semana a conceder o referido recesso sem qualquer prejuízo salarial ou descontos remuneráveis.

**Parágrafo Primeiro:** *Em virtude das férias escolares, será concedido às trabalhadoras em creches um recesso mínimo de 7(sete) dias no mês de julho, sendo que, em razão desta concessão será compensado o trabalho realizado em dias festivos e letivos aos sábados e/ou domingos, limitado a 4(quatro) eventos por ano.*

**Parágrafo Segundo:** *Ficam mantidos inalterados os recessos de quinze dias já praticados pelas entidades empregadoras, bem como a observância dos feriados nacionais e locais.*

## **28ª CLÁUSULA – FÉRIAS COLETIVAS**

Orienta-se que as férias dos trabalhadores em Creches/Pré - Escolas sem fins lucrativos, comunitárias e/ou confessionais sejam coletivas de 30(trinta) dias sempre no mês de janeiro de cada ano, respeitando os parâmetros dos artigos 134 a 138 da CLT.

### **29ª CLÁUSULA - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORMES**

A entidade acordante fornecerá uniforme aos empregados gratuitamente, quando por ela exigido na prestação dos serviços e quando a atividade assim o exigir.

### **30ª CLÁUSULA - SAÚDE DA MULHER TRABALHADORA**

A entidade empregadora se propõe em colaborar com incentivos e oferecer condições para que suas empregadas realizem regularmente exames preventivos contra o câncer de mama e colo uterino.

### **31ª CLÁUSULA – ATESTADO MÉDICO-ODONTOLÓGICO (Saúde Privada)**

Serão reconhecidos atestados médicos e/ou odontológicos dos convênios que o SENALBA firmar com Clínicas, bem como os advindos de Planos de Saúde que o empregado seja titular ou dependente, para efeito de justificativa de ausência do empregado ao trabalho.

### **32ª CLÁUSULA - ACESSO (DIRIGENTES SINDICAIS)**

Fica assegurado acesso dos dirigentes e delegados sindicais nos horários de intervalo para tratarem de assuntos de interesse da categoria, comunicando antes ao dirigente da Entidade, ou a seu substituto.

**Parágrafo Primeiro:** *A entidade empregadora permitirá a frequência dos dirigentes sindicais in loco para a realização de assembleias e/ou reuniões sindicais junto aos trabalhadores devidamente convocados, uma hora antes do término do expediente*

normal, desde que sejam informados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

**Parágrafo Segundo:** Nessa ocasião a entidade empregadora liberará os seus empregados para que possam participar da referida assembleia e/ou reunião.

### **33ª CLÁUSULA - COMUNICADOS DO SINDICATO**

A entidade acordante colocará à disposição do sindicato quadro de avisos para a fixação de informações referentes à categoria, mediante a comunicação prévia ao empregador.

### **34ª CLÁUSULA - DELEGADO SINDICAL**

Fica facultado ao SENALBA/MG, desde que a entidade empregadora que contarem com mais de 15(Quinze) empregados (as), promover a eleição de um Delegado Sindical, que será detentor de estabilidade provisória no emprego, pelo período do mandato e mais um ano após, nos termos do Art. 543, parágrafo 3º da CLT.

### **35ª CLÁUSULA - RAIS**

A entidade empregadora, após a assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho enviará ao SENALBA MG cópia da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), ou, na impossibilidade de emissão dessa, por não ser mais obrigatório o seu envio ao MTE, a Ficha Financeira Mensal disponível nos sistemas próprios da entidade empregadora para folha de pagamento.

### **36ª CLÁUSULA – MENSALIDADE DO ASSOCIADO DO SINDICATO – DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO.**

A empregadora obriga-se a descontar, mensalmente, em folha de seus empregados sindicalizados, a mensalidade social, recolhendo-a ao sindicato até o 10º (décimo) dia

do mês subsequente, ficando assegurado ao empregado associado o direito de cancelar, a qualquer tempo, a autorização do desconto mediante comunicação por escrito ao seu sindicato.

**Parágrafo Primeiro:** Os respectivos valores serão repassados ao SENALBA-MG até o 10o dia de cada mês subsequente, sob pena de acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, multa de 10% (dez por cento), correção monetária pelo INPC sobre os valores, além da tarifa bancária pela emissão do boleto.

**Parágrafo Segundo:** A empregadora será obrigada a repassar mensalmente ao sindicato a relação de empregados sócios sobre os salários dos quais foi descontada a mensalidade social (exclusivamente por e-mail: [associados@senalbamg.org.br](mailto:associados@senalbamg.org.br)). Será obrigada ainda a empregadora informar os períodos (datas) de afastamentos pelo INSS, licença não remunerada e os desligamentos, sob pena de arcar ela própria com os valores das mensalidades sociais.

### **37ª CLÁUSULA - SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA/CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**

Conforme aprovado na assembleia virtual, realizada no site da entidade sindical no período das 09h:30min do dia 24/02/2025 até às 15h:00min do dia 28/02/2025, após publicação ocorrida no jornal Estado de Minas no dia 19/02/2025 e, com ampla divulgação nos meios de comunicação do sindicato, respeitando o estatuto sindical e o julgamento pelo STF do ARE 1018459 afetado pelo Tema 935 de repercussão geral, ficou definido os seguintes critérios para a sustentação financeira/contribuição negocial 2025:

**Parágrafo Primeiro:** desconto de 3% (três por cento) nos salários brutos dos(as) trabalhadores(as) das categorias representadas pelo sindicato, a ser aplicado quando

da celebração de acordos ou convenções coletivas, com benefícios econômicos e sociais.

**Parágrafo Segundo:** o sindicato enviará às entidades empregadoras a relação dos(as) trabalhadores(as) que manifestaram seu direito de oposição na referida assembleia, após a celebração dos acordos ou das convenções. Caso o empregador não receba a relação, deverá efetuar o desconto de todos(as) os(as) trabalhadores(as).

**Parágrafo Terceiro:** na primeira folha de pagamento dos salários subsequente à assinatura dos instrumentos coletivos negociados ou no TRCT (principal ou complementar) para trabalhadores(as) que forem desligados após a assinatura do instrumento, as entidades empregadoras descontarão de todos(as) os(as) seus(suas) trabalhadores(as) que não exerceram o direito à oposição, o percentual previsto no § 1º, uma única vez.

**Parágrafo Quarto:** as entidades empregadoras realizarão o depósito, até o dia 10 (dez), da contribuição negocial descontada, na conta do SENALBA/MG (Caixa Econômica Federal – agência 0084, operação 003, conta corrente 00570229-4), enviando ao sindicato, por qualquer meio físico ou eletrônico, o comprovante do depósito realizado e a listagem dos(as) trabalhadores(as) contribuintes, contendo o nome, o cargo ou função, os valores dos salários reajustados e o valor do desconto.

### **38ª CLÁUSULA – AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

As entidades acordantes buscarão promover parcerias e convênios com Órgãos Públicos, Universidade, OSC (organizações da sociedade civil) e demais instituições que possam auxiliar na formação dos trabalhadores, estímulo e consolidação de empreendimentos econômicos solidários e iniciativas de autogestão, fundados nos

princípios da solidariedade de classe, no coletivismo e que visem a inclusão social e econômica dos trabalhadores e o acesso à cidadania.

### **39ª CLÁUSULA – FORO COMPETENTE**

Eleito o foro de Belo Horizonte/MG, fica autorizada às partes intentarem judicialmente em qualquer esfera, caso ocorra descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho.

### **40ª CLÁUSULA – MULTAS**

Fica estabelecida a multa equivalente a 15% (quinze por cento) do salário líquido do trabalhador, vigente na época do evento e por empregado envolvido, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas nesta norma, ou da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, revertendo o benefício em favor do trabalhador prejudicado.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2025.

**CRISTINA ANDRADE DO VALE**

MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA

SINDICATO DOS EMPREGADOS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ORIENTAÇÃO E  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS (SENALBA – MG)

**CLAUDIA PARISI ALVES LOBO**

PRESIDENTE

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ARCA DA ALIANÇA